COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 250
RUBRICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 131/2022 – PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 021/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 046/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI E A EMPRESA C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ Nº 34.971.192/0001-03) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DE FARINHA NA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BELEZA, ZONA RURAL DE ANTONIO ALMEIDA-PI (TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF/PI).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA, estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 06.554.018/0001-11, com sede na Praça Agostinho Varão, s/n, CEP: 64.855-000, Centro, no Município de Antônio Almeida, no Estado do Piauí, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MARCELO TOLEDO LAURINI, CPF nº 085.669.728-13.

CONTRATADA: C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 34.971.192/0001-03, sediada em Antônio Almeida/PI: Rod PI 240, nº 600, bairro Planalto Paraíso, CEP: 64.855-000, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. CARLOS AUGUSTO FERREIRA, CPF nº 139.141.973-145

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação nº 021/2022, instruído através do Processo Administrativo nº 131/2022 – PMAA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste ajuste a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DE FARINHA NA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BELEZA, ZONA RURAL DE ANTONIO ALMEIDA-PI (TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF/PI)**, conforme especificações constantes neste Contrato Administrativo.

Parágrafo Primeiro – Os serviços serão realizados em rigorosa observância ao Projeto e seus detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências contidas na descrição do objeto contratado, presentes nos anexos do edital e as normas vigentes que a eles se aplicarem.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 09
RUBRICA

Parágrafo Segundo – Toda e qualquer alteração dos serviços ora contratados somente poderá ser executada mediante aprovação prévia por parte do Contratante, devendo ser efetivada por meio de Instrumento Aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARTES COMPLEMENTARES

São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo da Dispensa de Licitação nº 021/2022, a proposta comercial apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

Parágrafo Único – Integram este instrumento, independentemente de transcrição, a Lei Federal nº 14.133/21 e a legislação complementar, que a Contratada, desde já, aceita e declara conhecer, bem como a Proposta da mesma, apresentada no correspondente Processo Administrativo, ficando, porém, ressalvadas, como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da Contratada, ficando estabelecido que o ente Contratante não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações as quais fazem parte integrante da Dispensa de Licitação nº 021/2022, reservado a Contratante o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à Contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou na licitação de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pelo Município de Antônio Almeida/PI pela realização do objeto deste contrato.

Parágrafo Único – O representante da Contratada, acima identificado, declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma Contratada. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 952
RUBRICA

O Município Contratante se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste Contrato é de **R$ 97.506,19 (noventa e sete mil, quinhentos e seis reais e dezenove centavos)**, que representa o montante da proposta da Contratada, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o edital e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

Parágrafo Único – Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pelo Município de Antônio Almeida/PI.

CLAÚSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a:
a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou ao participar da licitação de que resulta este contrato, bem como as mesmas condições de habilitação;
d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
f) Zelar pelos interesses do Município de Antônio Almeida/PI relativamente ao objeto do contrato;
g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses do Município de Antônio Almeida/PI relativamente aos serviços;
h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a Contratada frente ao Município de Antônio Almeida/PI;
i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pelo Município de Antônio Almeida/PI e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A Contratada responde solidariamente, no caso de subempreitada.
l) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
m) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 053
RUBRICA

Parágrafo Primeiro – A Contratada estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização do Município de Antônio Almeida/PI, quer seja exercida por servidores do quadro da própria Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Saneamento, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

Parágrafo Segundo – As determinações da fiscalização obrigam a Contratada, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a Contratada não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular do Município de Antônio Almeida/PI, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante se obriga a:
a) Disponibilizar o local das obras;
b) Aprovar as medições em tempo hábil;
c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;
d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
e) Notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
g) Aplicar penalidades, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação dos serviços de que trata este processo licitatório correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Fonte:
Termo de Convênio nº 004/2022 – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF/PI
Recursos Próprios

Despesa:
02 PODER EXECUTIVO
02 08 SEC.MUN.DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENV.URBAN
15.451.0140.1002.0000 MANUTENTAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
4.4.90.51.00 SERVIÇOS DE OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 054
RUBRICA

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais pelo Município de Antônio Almeida, estado do Piauí, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente do Município de Antônio Almeida/PI mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

I – Carta da Contratada encaminhando a medição;
II – Memória de cálculo;
III – Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;
IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
V – Cronograma executivo (físico) realizado;
VI – Quadro resumo financeiro;
VII – Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
VIII – Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da Contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
IX – Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
X – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
XI – Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado sede da Contratada;
XII – Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da Contratada, na forma da lei;
XIII – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
XIV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
XV – Guia de recolhimento do FGTS;
XVI – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
XVII – Comprovante de pagamento do ISS;
XVIII – Relatório pluviométrico, quando couber;
XIX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;
XX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo Segundo – Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII deverão estar assinados pela empresa Contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

Parágrafo Terceiro – Além dos documentos elencados no caput do subitem, deverão constar da primeira medição:

I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;
II – cópia da ordem de serviço;
III – matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

Parágrafo Quarto – Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 955
RUBRICA

I – baixa da matricula no cadastro especifico do INSS (CEI);
II – termo de recebimento definitivo.

Parágrafo Quinto – As medições de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, subetapas e respectivas porcentagens.

Parágrafo Sexto – Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização do Município de Antônio Almeida/PI.

Parágrafo Sétimo – A Contratada poderá apresentar a Contratante para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pelo Município de Antônio Almeida/PI durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

Parágrafo Oitavo – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela Prefeitura Municipal, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

Parágrafo Nono – Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

Parágrafo Décimo – No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Décimo Primeiro – O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Parágrafo Décimo Segundo – Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do parágrafo anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
256
RUBRICA

Parágrafo Décimo Terceiro – Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

Parágrafo Décimo Quarto – A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

Parágrafo Décimo Quinto – O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização serão no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado abaixo:

a) Instalação e manutenção do canteiro de acordo com o cronograma financeiro proposto;
b) Mobilização: serão medidos e pagos 50% do valor proposto para o item na primeira medição. Os 50% restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos conforme programado no Cronograma;
c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização;
d) Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item: % AL = (Valor da Medição Sem AL / Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AL).

Parágrafo Décimo Sexto – Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária "global" e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais.

Parágrafo Décimo Sétimo – Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) prevista no período da medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços contratuais propostos não serão reajustados.

Parágrafo Primeiro – Para os contratos com prazo inferior a um ano o reajustamento somente será admitido se, após prorrogação, a vigência do ajuste for superior a 12 (doze) meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, desde a empresa não tenha dado causa ao atraso.

Parágrafo Segundo – Caso o período de execução do contrato exceda a um ano contado a partir da data da apresentação das propostas na licitação, os preços serão reajustados respeitados a normas contratuais, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 257
RUBRICA

Sendo:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;
Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, pro rata dia;
I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

Parágrafo Terceiro – O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – utilizados para o setor rodoviário, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste edital, o Contrato decorrente desta Concorrência, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

Parágrafo Quinto – Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:
a) Se os índices aumentarem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
b) Se os índices diminuirem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS TRIBUTOS

Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este ajuste ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da Contratada e deverão ser pagos nas épocas devidas.

Parágrafo Único – No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo para execução das obras e serviços de que trata este Contrato é de 02 (dois) meses, contados a partir da data de recebimento pela Contratada da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI.

Parágrafo Primeiro – O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo – O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo Terceiro – Os prazos poderão ser prorrogados automaticamente, mantidas as demais cláusulas desta avença e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, quando seu objeto não

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 258
RUBRICA

for concluído no período firmado no contrato, conforme disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/21, e observada a prerrogativa da Administração Pública prevista no parágrafo único e incisos do referido artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

A Contratada assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda a comunicar à Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da Contratada, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

Parágrafo único – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A Contratada assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à Contratante ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando o Município de Antônio Almeida/PI de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da Contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

Parágrafo Primeiro – A Contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Município de Antônio Almeida/PI ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

Parágrafo Segundo – A Contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

Parágrafo Terceiro – A Contratada deverá:
a) Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 259
RUBRICA

b) Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à Fiscalização, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
c) Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
d) Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela Fiscalização;
e) Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a Fiscalização a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
f) Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
g) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
h) Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à Fiscalização, a pretendida substituição;
i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações do contrato original que venham a ser necessárias serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pelo Município de Antônio Almeida/PI:
a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133/21, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

II - por acordo entre as partes:
a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

Parágrafo Primeiro – Os serviços adicionais cujos preços unitários não são contemplados na Proposta inicial serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos na letra "b", do inciso I.

Parágrafo Segundo – No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a Contratada já houver adquirido os materiais, ou se já os tiver adquirido e posto nos locais de trabalhos, este deverão ser pagos

pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Parágrafo Terceiro – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da Proposta de Preços, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses, para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Quarto – Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da Contratada, o Município de Antônio Almeida/PI deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico e financeiro inicial.

Parágrafo Quinto – A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125, da Lei nº 14.133/21, do valor inicial do contrato.

Parágrafo Sexto – Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

Parágrafo Sétimo – A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo Oitavo – A diferença a que se refere no parágrafo sétimo poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico e financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

Parágrafo Nono – A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo Município de Antônio Almeida/PI, observado o disposto no art. 150 e mantidos os limites do previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução das obras e serviços será feita pela Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Saneamento ou outra designada pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições do edital, a proposta de preços e as disposições do Contrato.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
261
RUBRICA

Parágrafo Primeiro – Fica reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso não previsto no edital, nas especificações, nos detalhes executivos, nas leis, nas normas do Município de Antônio Almeida/PI, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

Parágrafo Segundo – Compete, ainda, especificamente à fiscalização:
a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
d) Exigir da Contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
e) Indicar à Contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada;
g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
i) Promover, com a presença da Contratada, as medições de obras e serviços executados.
j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
k) Dar ao Município de Antônio Almeida/PI imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
l) Relatar oportunamente ao Município de Antônio Almeida/PI ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros;
m) Examinar os livros e registros.

Parágrafo Terceiro – A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da Contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da Fiscalização quanto ao substituto apresentado.

Parágrafo Quarto – Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à Fiscalização:
a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante Contratado;
b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da Contratada no referido Diário;
d) Dar solução às consultas feitas pela Contratada, seus prepostos e sua equipe;
e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da Contratada, seus prepostos e sua equipe;
f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PENALIDADES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
969
RUBRICA

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos parágrafos 5° e 6° do artigo 90, e o artigo 156 e seus parágrafos, todos da Lei n° 14.133/21.

Parágrafo Primeiro – A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão Contratante, observando os seguintes percentuais:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
b) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei n° 14.133/21.

Parágrafo Segundo – Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
a) Prestar informações inexatas ou criar obstáculos ao acesso à fiscalização da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, no cumprimento de suas atividades;
b) Desatender às determinações da fiscalização do Município de Antônio Almeida/PI; e
c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

Parágrafo Terceiro – Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

Parágrafo Quarto – A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Antônio Almeida/PI, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Município de Antônio Almeida/PI, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

Parágrafo Quinto – A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Antônio Almeida/PI pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Antônio Almeida/PI nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
a.1) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de Antônio Almeida/PI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
a.2) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.
b) Por 01 (um) ano quando a Contratada:
b.1) se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Município de Antônio Almeida/PI, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
b.2) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
b.3) deixar de entregar ao Município de Antônio Almeida/PI, a documentação exigida para o certame;
b.4) não manutenção da proposta ao Município de Antônio Almeida/PI, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
c) Por 03 (três) anos, quando a Contratada:
c.1) Não concluir os serviços contratados;
c.2) Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Município de Antônio Almeida/PI;
c.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município de Antônio Almeida/PI, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;
c.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
c.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Antônio Almeida/PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
c.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Antônio Almeida/PI.

Parágrafo Sexto – A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Secretário Municipal de Obras ou ao Prefeito Municipal se constatada a má fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao ente público Contratante ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
a) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Secretário de Obras, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 03 (três) anos.
b) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à Contratada nos casos em que:
b.1) apresentar ao Município de Antônio Almeida/PI qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
b.2) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
b.3) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 264
RUBRICA

b.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Antônio Almeida/PI, em caso de reincidência;
b.5) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza
b.6) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Antônio Almeida/PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
b.7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
b.8) praticar fato capitulado como crime pela Lei n° 14.133/21.
c) Independentemente das sanções a que se referem os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, o licitante ou contratado está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Município de Antônio Almeida/PI propor que seja responsabilizada:
c.1) civilmente, nos termos do Código Civil;
c.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades Contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
c.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Sétimo – Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

Parágrafo Oitavo – As sanções serão aplicadas pelo Município Contratante, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, conforme artigos 157 e 158 da Lei n° 14.133/21.

Parágrafo Nono – As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, observados os parágrafos 8° e 9° da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:
a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
c) Lentidão no seu cumprimento, levando ao Município de Antônio Almeida/PI a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;
e) A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Antônio Almeida/PI;
f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, que não é admitido pelo Município de Antônio Almeida/PI;
g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 165
RUBRICA

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;
j) Dissolução da sociedade Contratada;
k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Saneamento, prejudique a execução do Contrato;
l) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
m) Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Antônio Almeida/PI por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Antônio Almeida/PI, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) Não liberação, pelo Município de Antônio Almeida/PI, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

Parágrafo Primeiro – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Segundo – No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso I sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:
I - Devolução da garantia prestada;
II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
III - Pagamento do custo de desmobilização.

Parágrafo Terceiro – A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RUBRICA

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Antônio Almeida/PI;
II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do art. 104, da Lei nº 14.133/21;
III - execução de garantia contratual, para ressarcimento o Município de Antônio Almeida/PI dos valores das multas e indenizações a ela devida;
IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Antônio Almeida/PI.

Parágrafo Quarto – A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

Parágrafo Quinto – O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Antônio Almeida/PI, se a Contratada transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados.

Parágrafo Sexto – Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Sétimo – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Oitavo – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pela Contratada, a Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, procederá ao recebimento provisório do objeto, pela Fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao contratado.

Parágrafo Primeiro – O Município de Antônio Almeida/PI receberá os serviços em caráter definitivo em prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Segundo – Encerrado o prazo fixado no parágrafo anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções civis.

Parágrafo Terceiro – O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a Contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos

serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação de bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme o disposto no parágrafo 6°, do art. 140, da Lei n° 14.133/21.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL. 367 RUBRICA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos pela Lei n° 14.133/21, garantido à Contratada o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA EFICÁCIA

A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI nos termos do art. 72 da Lei n° 14.133/21.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

Em havendo a cisão, incorporação ou fusão da Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta Administração Pública Contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Marcos Parente/PI (Termo Judiciário: Antônio Almeida/PI), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Antônio Almeida/PI, 28 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
Sr. Marcelo Toledo Laurini
Contratante

Carlos Augusto Ferreira

C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI
Sr. Carlos Augusto Ferreira
Contratada

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 268
RUBRICA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 131/2022– CPL/PMAA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 021/2022.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 046/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.
CONTRATADO: C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ Nº 34.971.192/0001-03).
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DE FARINHA NA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BELEZA, ZONA RURAL DE ANTONIO ALMEIDA-PI (TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF/PI).
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 97.506,19 (NOVENTA E SETE MIL , QUINHENTOS E SEIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Fonte:
Termo de Convênio nº 004/2022 – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF/PI
Recursos Próprios
Despesa:
02 PODER EXECUTIVO
02 08 SEC.MUN.DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENV.URBAN
15.451.0140.1002.0000 MANUTENTAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
4.4.90.51.00 SERVIÇOS DE OBRAS E INSTALAÇÕES
DATA DA ASSINATURA: 28/06/2022

Antônio Almeida/PI, 28 de junho de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 069
RUBRICA

ORDEM DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 131/2022– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 021/2022

CONVOCADA:	
Empresa:	C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ:	34.971.192/0001-03
Endereço:	Antônio Almeida/PI: Rod PI 240, n° 600, bairro Planalto Paraíso, CEP: 64.855-000
Contato:	(89) 9 9448-4505/ (89) 3544-1499

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada fica autorizada a iniciar a **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DE FARINHA NA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BELEZA, ZONA RURAL DE ANTONIO ALMEIDA-PI (TERMO DE CONVÊNIO N° 004/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF/PI)**, conforme disposições presentes no procedimento administrativo supramencionado, obedecidas as cláusulas e especificações ajustadas, nos termos do contrato administrativo celebrado em anexo a esta Ordem de Serviços.

Antônio Almeida/PI, 28 de junho de 2022.

Aldo Pereira de Sousa
ALDO PEREIRA DE SOUSA
Sec. Municipal de Obras Públicas

RECEBIDO DA EMPRESA:	
Data Recebimento:	28/06/2022
Concordância:	(X) Sim ( ) Não
Empresa:	C. A. FERREIRA CONST. EIRELI
Representante Legal:	Carlos Augusto Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRO GONÇALVES–PI

Carlos Cesar, transporte escolar. Comentou também sobre a merenda escolar e falta de material nas escolas. O vereador sugeriu que antes de votarem os projetos do Meio Ambiente, seja feita uma visita ao manaizeiro. O Vereador acima falou sobre a necessidade do Secretario de Saúde vir a esta Casa dar explicações sobre o Projeto Previne Brasil, sobre a situação do chafariz do Bairro Vila Nova e sobre a presença da ambulância nos estádios de futebol. O Vereador Jardel concluiu sua fala dizendo que é obrigações dos vereadores aprovar as matérias e trazer as demandas à esta Casa e está faltando que o Prefeito envie uma pessoa de confiança para saber o que está sendo trabalo e dar uma satisfação para a sociedade. E sobre as escolas ele disse que está precisando de fazer urgente uma reunião para debater e resolver esse problema. Usando a palavra a Presidente da Casa, Vereadora Ivanna disse que ouviu atentamente o pronunciamento de cada vereador e fez aqui suas colocações. Prestou suas condolências e solidariedade à família Pina e ao povoado Pinas pelo falecimento do Sr. Antônio Pina. Falou sobre os projetos do Meio ambiente que tramitam nesta Casa, ela disse que convidou o Secretário da pasta para vir a ao Prefeito que envie um assessor por dar esclarecimentos sobre os projetos e o Secretário Célio veio e ficou certo para ser marcada uma reunião com um técnico para tratar sobre os referidos projetos. Sobre o Previne Brasil mencionado pelo vereador Jardel, ele disse que em conversa com o Secretario de Saúde, esse disse que está vendo junto a Assessoria Jurídica as possibilidades de aumentar a abrangência do programa. Ela esclareceu sobre o enquete questionado pelo vereador Raimundo, os computadores doados ao Colégio do povoado Pinas, foram doados pelo Ministro Ciro Nogueira e que foi uma reivindicação do Prefeito Lindemberg. Ela também esclareceu sobre a presença da ambulância nos estádios de futebol em dias de jogos, assunto levantado pelo vereador Jardel. Não havendo nada mais a tratar a Presidente Ivanna Pereira de Sousa Rodrigues encerrou a presente sessão e determinou que fosse lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada a apreciação dos nobres vereadores e aprovada, seja assinada por todos os vereadores.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Ribeiro Gonçalves, em 10 de junho de dois mil e vinte e dois.

Ivanna Pereira de Sousa Rodrigues
Ver. Presidente

Ver. Amarildo José Carvalho de Sousa
Ver. Vice-Presidente

Ver. Amaral Dias

Ver. Carlos Cesar da Rocha

Ver. Elcimar Barbosa de Sousa

Ver. Gisele Borges Lima da Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRO GONÇALVES–PI

Ver. Jardel Nicolau Paz

Ver. Raimundo Nonato Costa e Souza

Id:1518EAADB39A8AC8

Prefeitura Municipal de
ANTÔNIO ALMEIDA
CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
- CONTRATO ADMINISTRATIVO -

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 124/2022 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 018/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 018/2022 DISP
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
LOCADOR: ANA ALICE VERTUNES NEPOMUCENO
OBJETO: Locação do imóvel situado na Av. Raimundo Nelva, s/n, Centro em Antônio Almeida/PI (Registro Imobiliário – Cartório do Único Ofício de Antônio Almeida/PI – Livro nº 02 – Sob nº 973), para instalação e funcionamento da Sala de Estatística de Cães, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93
VALOR MENSAL: R$ 800,00 (oitocentos reais)
FONTE DOS RECURSOS: Recursos próprios
DATA DA ASSINATURA: 01/06/2022
PERÍODO CONTRATADO: 12 (doze) meses.

Antônio Almeida/PI, 01 de junho de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Id:167C302611248ABF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 270
RUBRICA

Prefeitura Municipal de
ANTÔNIO ALMEIDA
CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2022 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA**, estado do Piauí, no cumprimento das atribuições legais, considerando a Opinião Técnica Administrativa expedida pela Comissão Permanente de Licitações deste Município, bem como os fundamentos do Parecer Jurídico da Assessoria Especializada, ambos presentes no Processo Administrativo nº 124/2022 – CPL/PMAA, referente a Dispensa de Licitação nº 018/2022, **RESOLVE:**

Com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICAR** a contratação, por meio de dispensa de certame licitatório, da locação do imóvel situado na Av. Raimundo Nelva, s/n, Centro em Antônio Almeida/PI (Registro Imobiliário – Cartório do Único Ofício de Antônio Almeida/PI – Livro nº 02 – Sob nº 973), pelo valor mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais), em favor da Sra. Ana Alice Vertunes Nepomuceno, para instalação e funcionamento da Sala de Estatística de Cães, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI.

Desta forma, através deste instrumento, autorizo ao setor responsável a adotar as providências legais para formalizar a contratação do imóvel demonstrado neste procedimento administrativo, devendo ser respeitadas as disposições da legislação pertinente.

Publique-se, no prazo legal, este Termo de Ratificação na imprensa oficial do Município, como condição para eficácia dos atos adotados e constantes dos autos do presente processo.

Antônio Almeida/PI, 30 de maio de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Id:073833FA0C367FA7

Prefeitura Municipal de
ANTÔNIO ALMEIDA
CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 131/2022– CPL/PMAA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 021/2022.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 046/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.
CONTRATADO: C A FERREIRA CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ Nº 34.971.193/0001-03).
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DE FARINHA NA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BELEZA, ZONA RURAL DE ANTONIO ALMEIDA-PI (TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF/PI).
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 97.506,19 (NOVENTA E SETE MIL , QUINHENTOS E SEIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Fonte:
Termo de Convênio nº 004/2022 – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF/PI
Recursos Próprios
Despesa:
02 PODER EXECUTIVO
02 08 SEC.MUN.DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENV.URBAN
15.451.0140.1002.0000 MANUTENTAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
4.4.90.51.00 SERVIÇOS DE OBRAS E INSTALAÇÕES
DATA DA ASSINATURA: 28/06/2022

Antônio Almeida/PI, 28 de junho de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
PREFEITO MUNICIPAL

CPL
Fls: 271
Ass:

PMAA-PI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA

AVISO DE SUSPENSÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2022 - (SUPLI)

A Superintendência de Licitação - SUPLI vem comunicar a suspensão da Licitação SRP ELETRÔNICO 012.2022 com objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA FORNECENDO PROFISSIONAIS E EQUIPAMENTOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DETALHAMENTOS CONSIGNADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO, PRECIPUAMENTE ATENDER AOS INTERESSES DA ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA, por motivo de realização de ajustes no Termo de Referência.

Teresina-PI, 28 de Junho de 2022.

ISAURA MARIA JOSÉ AVELINO
Superintendente de Licitações

LEONARDO SILVA SOUSA
Diretor Presidente

Of. 427

AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2022).
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022.

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (GERAIS E ESPECIALIZADOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO CABEÇA NO TEMPO, NO EXERCÍCIO 2022, nas quantidades, condições e especificações contidas no Termo de Referência.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07 de julho de 2022. HORÁRIO: 08h (oito horas) horário de Brasília.
LOCAL: Bolsa Nacional de Compras - bnc.org.br
OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital e demais informações poderão ser obtidos nos seguintes endereços eletrônicos: https://morrocabecanotempo.pi.gov.br/morrocabecanotempo/licitacoes, bnd.org.br e https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural.
FONTES DE RECURSOS: 500; 600; 621; 602.
ESPÉCIE: Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço por item, adjudicação por item.
INFORMAÇÕES: maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo/PI/ Comissão Permanente de Licitações, na Rua Izídio Batista de Figueiredo, S/Nº, Bairro: Cidade Nova - Morro Cabeça no Tempo/PI, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, ou por meio do e-mail: cplmct@outlook.com.

Morro Cabeça no Tempo - PI, 28 de junho de 2022.

ARNON DA SILVA MENDES
Pregoeiro Oficial

P. P. 7291

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA - PI

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo Administrativo nº 131/2022-CPL/PMAA. Dispensa de Licitação nº021/2022. Contrato administrativo nº 046/2022. Contratante: Município de Antônio Almeida/PI. Contratado: C A Ferreira Construtora EIRELI (CNPJ nº 34.971.192/0001-03). Objeto: Reforma e ampliação da casa de farinha na Localidade Assentamento Beleza, Zona Rural de Antonio Almeida-PI (Termo de Convênio nº 004/2022 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF/PI). Fundamento legal: Art. 75, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Valor global: R$ 97.506,19 (noventa e sete mil, quinhentos e seis reais e dezenove centavos). Dotação orçamentária: Fonte: Termo de Convênio nº 004/2022 - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF/PI. Recursos Próprios. Despesa: 02 Poder Executivo. 02 08 Sec. Mun. de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenv. Urban. 15.451.0140.1002.0000 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços públicos. 4.4.90.51.00 Serviços de Obras e instalações. Data da assinatura: 28/06/2022. Antônio Almeida/PI, 28 de junho de 2022. Marcelo Toledo Laurini, prefeito municipal.

P. P. 7292

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DOS TRANSPORTES – SETRANS

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 32/2022

CONTRATANTE: Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí - SETRANS/PI - CNPJ nº 08.809.355/0001-38.
CONTRATADA: Servfaz Serviços de Mão de Obra Ltda - CNPJ nº 09.588.906/0001-43.
OBJETO: Rescisão, por mútuo acordo, do contrato nº. 32/2022-SETRANS/PI, cujo objeto é a locação de mão de obra terceirizada de natureza contínua.
PROCESSO DE ORIGEM (SEI): 00319.000055/2022-50
DATA DA ASSINATURA: 28/06/2022.
ASSINAM: Maria Vilani da Silva, pela Contratante, e Daniela Roberta Duarte da Cunha, pela Contratada.

Of. 651

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2022

Nº DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 448/2021
Nº DO PROCESSO SEI: 00119.000381/2021-32
Nº AUTOMÁTICO DE CONTRATO NO SIAFE-PI: 21006308
CODIFICAÇÃO DA UG NO SIAFE: 160208
Nº DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: CONCORRÊNCIA nº 005/2022
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/93
CONTRATANTE: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI
CNPJ DO CONTRATANTE: 09.034.960/0001-47
CONTRATADO: TERRA PROJETOS E SERVIÇOS EPP
CNPJ DO CONTRATADO: CNPJ nº 16.642.835/0001-85
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE GILBUÉS/PI - ÁREA 9.843,00 M².
VALOR GLOBAL: R$ 935.385,17 (NOVECENTOS E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2022
PRAZO DE EXECUÇÃO: 04 (QUATRO) MESES
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29/06/2022
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL: ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 16. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 208 / CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: FUNÇÃO: 15. SUBFUNÇÃO: 451 / ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: PROGRAMA: 0008. AÇÃO: (PROJ/ATV/OP/ESP): 3067 / NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51 / SUBELEMENTO: 33 / FONTE DE RECURSOS: 100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
Nº NOTA DE RESERVA NO SIAFE: 2022NR00644
Nº AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA: 2022RO06493
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE: LEONARDO SOBRAL SANTOS- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI. PELA CONTRATADA: FRANCISCO IRANILDO BEZERRA JÚNIOR - TERRA PROJETOS & SERVIÇOS EPP.

Of. 2005